

Último reajuste 282

foi há duas semanas

Na sessão do dia 1º de dezembro, que entrou madrugada adentro do dia 2, O Congresso Nacional deu um mau exemplo para o País, agindo em causa própria enquanto a votação de inúmeros projetos era deixada de lado. Estava em pauta a definição do novo salário de deputados e senadores, que foi finalmente estabelecido em Cz\$ 4.700.000,00 para dezembro. Com esse valor, os parlamentares conseguiram driblar a incidência do Imposto de Renda sobre seus salários — a nova Constituição, votada por eles mesmos, determinou que parlamentares, militares e magistrados passam a pagar ao Leão sobre o conjunto de seus vencimentos. Por conta do projeto votado, no entanto, o imposto foi compensado e os salários mantiveram-se no mesmo nível.

Para que a votação ocorresse, até senadores tiveram de ser buscados em casa no final da noite. Tudo começou com a votação na Câmara. Assim que o projeto foi levado a voto, o líder do PDT, Vivaldo Barbosa, pediu chamada nominal e as banca-

das de esquerda retiraram-se do plenário. Mesmo assim houve número suficiente. A proposição foi aprovada por 242 votos contra 11 e duas abstenções (precisaria haver, no mínimo, 244 deputados em plenário).

Depois de aprovado na Câmara, foi a vez de o projeto passar pelo Senado. Esperava-se aprovação tranqüila, mas o senador Mário Maia (PDT-AC) também pediu chamada nominal. Havia em plenário apenas 25 senadores, quando o mínimo necessário para deliberação é de 37. Foi a vez de os defensores do projeto protelarem a sessão, com sucessivas questões de ordem para dar tempo de os senadores retornarem ao plenário. Já era quase meia-noite e vários deles tinham ido para casa. Duas horas depois, finalmente, fez-se a chamada e o projeto foi aprovado por 36 votos contra um e uma abstenção. Entre os senadores que estavam em casa e foram chamados às pressas para a votação estavam Alfredo Campos, Albano Franco e Mauro Benevides (PMDB), Álvaro Pacheco (PFL) e Affonso Camargo (PTB).